

# Editorial 45 – Os choques e o ciclo: o choque salarial de 2022!

**Por: Heitor Carvalho**

O anterior aumento salarial geral (salário mínimo e da função pública) foi em Janeiro de 2019!

Desde essa data, a inflação acumulada, segundo o INE, foi de 86%. De acordo com a nossa observação dos mercados, os produtos de grande consumo estão cerca de 150% mais caros do que os de Dezembro de 2018!

O leitor que julgue por si próprio se ainda tiver recordação dos preços daquela época.

Portanto, o poder de compra foi repostado para a remuneração mais baixa da função pública e parcialmente para todas as restantes, públicas e privadas, na perspectiva da inflação do INE ou foi apenas muito parcialmente repostado para todas as categorias, na nossa perspectiva da inflação!

Por outro lado, há o anúncio, para a função pública, de uma forte redução da desigualdade de remunerações, com a categoria mais baixa a subir sensivelmente para o dobro, a categoria mais alta apenas 4% e o pessoal de direcção a não ter aumentos. O que irá acontecer nos escalões intermédios não está ainda clarificado, mas é previsível que haja uma aproximação salarial; este exemplo da função pública deverá ser copiado pelas empresas privadas, até porque terão de poupar nos escalões mais elevados para reduzir o aumento dos custos salariais totais. Consciente ou não temos aqui um factor positivo numa economia acentuadamente desigual!

Contudo, sendo insuficiente, o aumento médio, que é ainda um assunto em aberto, poderá ser insustentável!

Relativamente ao Estado, a Sr.<sup>a</sup> Ministra não pode afirmar que tem recursos suficientes para SUSTENTAR este aumento. Se foi feito um OGE com saldo nulo<sup>1</sup>, onde os aumentos não estão contemplados, então os recursos terão, de vir de qualquer outra receita, provavelmente do excedente que resultará dos actuais preços do petróleo. Vai-se, então basear uma despesa PERMANENTE do Estado (salários) num preço EFÉMERO de um recurso EFÉMERO?

Dizemos que os aumentos não estão contemplados no actual OGE por duas ordens de razões. A primeira é moral, já que não acreditamos ser possível que os órgãos do Estado tenham contemplado o aumento e não o tenham destacado na discussão da sua proposta orçamental, deixando a iniciativa para a abertura do ano político do partido no poder; a segunda decorre dos números.

Embora a informação seja escassa, o aumento médio das remunerações na execução orçamental em 2018, 2020 e 2021, foi de 12%. Em 2019, com aumentos na base de cerca de 1/3 dos actuais, o aumento da despesa com remunerações foi de 18%. Portanto, pese embora a falta de informação detalhada sobre a execução nos vários anos, parece-nos que o aumento previsto de 7,7% não pode, de forma alguma, acomodar os aumentos anunciados, sendo mesmo optimista relativamente aos anos sem aumentos salariais, sobretudo tendo em conta os anunciados aumentos dos efectivos na educação e saúde.

O que vai então acontecer? Vai-se aprovar uma revisão ao OGE? Vai-se alterar discricionariamente a Lei do OGE, transformando a estrutura da despesa em algo que não foi aprovado? Onde está a disciplina orçamental? Esperamos por um novo programa com o FMI, já que parece que não somos capazes de nos auto-disciplinar?

---

1 O saldo fiscal é de 1,5 mil milhões de Kwanzas, sendo os mil milhões de Kwanzas a unidade de base do OGE

E o que vai acontecer nas empresas privadas?

É sabido que a generalidade do tecido empresarial, sobretudo aquele que é mais necessárias ao país, porque, no conjunto, emprega mais trabalho e cria mais riqueza, é composto de pequenas e médias empresas que passam por enormes dificuldades. Nestas, o impacto salarial será significativo, porque, bem ou mal, vivem ancoradas nos baixos custos salariais de base. Algumas irão fechar; outras reduzirão o pessoal, sobretudo na base, agora que já se habituaram a pagar 100% de mão de obra, mas a usar 50% ou 75%, devido às restrições da COVID-19; muitos procuraram aumentar significativamente os preços; alguns apostarão no aumento da procura resultante deste crescimento repentino do poder de compra; uma boa parte irá aumentar a semi-informalidade em que vivem!

Algumas reformas eram muito necessárias: a taxa de câmbio flexível, o IVA, a protecção da produção nacional e os aumentos salariais. O problema é que foram sempre feitas através de choques brutais à economia, que reduzem a actividade, o investimento e o nível de vida das pessoas.

Até 2014 tínhamos preços do petróleo muito elevados. O que fizemos? Importámos! E para garantir que havia moeda nacional para comprar os dólares mesmo com pouca produção interna, deixámos a taxa de câmbio fixar-se muito abaixo da variação da nossa relação de produtividade com o exterior. Ou seja, importámos muito porque os produtos vindo do exterior, financiados por uma taxa de câmbio insustentável ou efémera, eram baratos; mas a produção interna não conseguia competir e não se desenvolveu. Como resultado ficámos totalmente dependentes do petróleo!

Quando o preço do crude baixou, a taxa de câmbio teve de subir. Mesmo assim só depois de se esgotarem as reservas de divisas que tinham sido acumuladas e de termos aumentado a dívida para sustentar artificialmente o consumo. Quando tudo se esgotou não houve outra hipótese e, como sempre, foi tudo feito à bruta!

O BNA deixou o USD valorizar 30% face ao Kwanza, apenas no mês de Outubro de 2019! Ao mesmo tempo introduzia-se o IVA com inúmeras falhas e contradições! Sempre tudo feito da mesma forma: deixa andar durante anos e, de repente, um enorme choque!

Desde 2017 até Junho de 2022, altura em que os preços do petróleo voltam a subir, o USD valorizou-se 290%, tal a insustentabilidade da taxa de câmbio!

Com o 1.º choque do IVA/Taxa Flexível, muitos negócios desapareceram ou reduziram actividade, aumentando o deficit de oferta.

Em meados de 2019, o Estado decide impor enormes restrições às importações para proteger a produção interna. Sem a concorrência externa, os produtores nacionais dos produtos listados no PRODESI passam a fixar os preços à sua vontade. Em todos os produtos, com a redução drástica das importações, começa a existir escassez. Dá-se um enorme choque à procura que tem como resultado uma subida em flecha da inflação!

Em 2020 tivemos a COVID-19, com os negócios a serem obrigados a encerrar ou actuar a 50% ou 75% da mão de obra e clientes, mas mantendo os custos de 100% (pessoal, rendas, etc). Como o Estado em quase nada ajudou, tiveram de reduzir as quantidades e subir os preços para sustentar os custos fixos. Mais um choque, desta vez estranho à acção do Governo!

Durante todo o ano de 2021, os negócios tiveram de sustentar situações semelhantes de elevada incerteza, redução da actividade e aumento de custos sem qualquer apoio do Estado. No entanto, os preços dos produtos, que supostamente se queriam proteger, subiram vertiginosamente, porque a concorrência diminuiu radicalmente com a limitação administrativa das importações e da própria produção interna.

Com a subida dos preços do petróleo começaram a fluir divisas em finais de 2021!

O BNA não intervém no mercado e deixa a taxa de câmbio descer. Face à situação alarmante da inflação, o Executivo decide arrear caminho e promover as importações. Os negócios indevidamente protegidos da concorrência externa, vêm-se, agora, de repente, confrontados com uma realidade para a qual não estavam preparados. Mais um choque!

Finalmente chega o choque salarial! Mais uma vez nada se faz durante anos, para, de repente, tudo mudar radicalmente!

De choque em choque a nossa capacidade de satisfazer a procura interna com a produção interna foi decrescendo sucessivamente. Com o crescimento populacional, essa capacidade por pessoa, foi reduzida a 35% do que era em 2017!

Vamos agora subir a capacidade de consumo graças à importação e aos aumentos salariais! O ciclo completa-se, tal como começou!

Nem a taxa de câmbio, nem os salários são ancorados no aumento da produção e da produtividade nacional, apenas no preço EFÉMERO de um recurso EFÉMERO.

É, evidente, uma sustentação insustentável!

Luanda, 14 de Fevereiro de 2022